PARECER JURÍDICO – AJ/D0103/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2025/ADM

DISPENSA ELETRÔNICA – Nº 7/2025-032PMT/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA MONTAGEM DAS BARRACAS E O ESPAÇO DA FESTA DA CIDADE

CONSULTA: LEGALIDADE DE MINUTAS

Foi encaminhado para esta assessoria pela Comissão Permanente de Contratação do Município de Tucumã, os presentes autos para fins de parecer jurídico acerca da legalidade da aquisição de materiais elétricos que serão utilizados na montagem das barracas e o espaço da festa da cidade.

Esclareça-se que a presente contratação, foi fundamentada no art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir o limite de valor exigido para aplicação de outra modalidade licitatória.

Compulsando os documentos que o integram, nos ativemos ao Termo de Referência que assim dispôs:

2. BASE LEGAL

2.1. A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas posteriores alterações, bem como, pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024 e o Decreto nº 114/2024 de 19 de agosto de 2024.

2.2. De acordo com o art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação será realizada nesta modalidade, por não atingir o limite de valor exigido para aplicação de outra modalidade licitatória.

3. CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO, MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

3.1. Os bens a serem contratados, dadas as suas características e finalidade, enquadram-se no conceito de bens comuns, conforme definido no que regulamenta o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 28 do Decreto Municipal nº 003/2024.

3.2. A contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

3.3. O procedimento a ser adotado, será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores e pelo Decreto Municipal nº 003/2024, de 02 de janeiro de 2024.

4. DO OBJETO

4.1. Este Termo de referência tem por objeto a aquisição de materiais elétricos que serão utilizados na montagem das barracas e o espaço da Festa da Cidade 2025.

5. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O Presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de materiais elétricos que serão utilizados na montagem das barracas e o espaço da Festa da Cidade 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA DESCRITIVA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	PLUG FEMEA	40	UNIDADE	15,415	616,60
ESPECIFICAÇÃO: PLUGUE. TIPO: FÊMEA. NÚMERO PINOS: 3 UNIDADES. FORMATO: PINOS CILÍNDRICO. CORRENTE NOMINAL: 10 A. TENSÃO NOMINAL: 250 V. NÚMERO PÓLOS: 2 P + T. NORMAS TÉCNICAS: NBR 14136. UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE; MARCA DE REFERÊNCIA:FAME.					
02	PLUG MACHO 10A 2P	20	UNIDADE	14,335	286,70
ESPECIFICAÇÃO: PLUG MACHO TOMADA RETO 180° 10 AMPERES 2 POLOS; MATERIAIS POLIPROPINENO, FERRO ZINCADO; TENSÃO NOMINAL: 250 V; NÚMERO PÓLOS: 2 P. NORMAS TÉCNICAS: NBR 14136. UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE. MARCA DE REFERÊNCIA: FAME.					
03	PLUG MACHO 20A 2P	20	UNIDADE	18,107	362,14
ESPECIFICAÇÃO: PLUG MACHO TOMADA RETO 180° 20 AMPERES 2 POLOS; MATERIAIS POLIPROPINENO, FERRO ZINCADO; TENSÃO NOMINAL: 250 V; NÚMERO PÓLOS: 2 P. NORMAS TÉCNICAS: NBR 14136. UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE. MARCA DE REFERÊNCIA: FAME.					
04	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE CDP-070	30	UNIDADE	32,000	960,00
ESPECIFICAÇÃO: CONEXÃO POR PERFURAÇÃO DA ISOLAÇÃO (NÃO NECESSITA DECAPAR A ISOLAÇÃO DO CABO). INDICADO PARA CABOS DE ALUMÍNIO ISOLADOS 0,6/1KV XLPE/PE (CLASSE 2) OU FIOS E CABOS DE COBRE ISOLADOS 450/750V (CLASSE 1 OU 2) SEM COBERTURA. CONTA COM PORCA FUSÍVEL PARA GARANTIR UMA PERFEITA APLICAÇÃO E POSSUI TAMBÉM BORRACHAS ELASTOMÉRICAS, TORNANDO O CONECTOR ESTANQUE. MODELO :CDP 70 - MORCEGO, VAMPIRO, PIERCING, PIRANHA, GÊNERO DO CONECTOR FÊMEA, MATERIAL DE REVESTIMENTO POLÍMERO RESISTENTE. NORMAS TÉCNICAS: NF C 33-020; UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE					
05	CONECTOR DERIVAÇÃO PERFURANTE 120	20	UNIDADE	65,935	1318,70
ESPECIFICAÇÃO: CONEXÃO POR PERFURAÇÃO DA ISOLAÇÃO (NÃO NECESSITA DECAPAR A ISOLAÇÃO DO CABO). INDICADO PARA CABOS DE ALUMÍNIO ISOLADOS 0,6/1KV XLPE/PE (CLASSE 2) OU FIOS E CABOS DE COBRE ISOLADOS 450/750V (CLASSE 1 OU 2) SEM COBERTURA. CONTA COM PORCA FUSÍVEL PARA GARANTIR UMA PERFEITA APLICAÇÃO E POSSUI TAMBÉM BORRACHAS ELASTOMÉRICAS, TORNANDO O CONECTOR ESTANQUE. MODELO :CDP 120-GÊNERO DO CONECTOR FÊMEA, MATERIAL DE REVESTIMENTO POLÍMERO RESISTENTE. NORMAS TÉCNICAS: NF C 33-020 UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE.					
06	FITA ISOLANTE ANTICHAMA 19MMX20M	35	UNIDADE	26,867	940,35
ESPECIFICAÇÃO: INDICADA PARA ISOLAR FIOS E CABOS ELÉTRICOS. FITA ANTICHAMA COM TEMPERATURA DE TRABALHO DE -10°C ATÉ 80°C; ESPESSURA DA FITA ISOLANTE: 0,13 MM; LARGURA X COMPRIMENTO DA FITA ISOLANTE: 19 MM X 20 M; MATERIAL DA FITA ISOLANTE: FILME DE PVC COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA; TENSÃO MÁXIMA DE ISOLAMENTO DA FITA ISOLANTE: 750 V; COR: PRETA; MASSA APROXIMADA (PESO): 0,006 KG; MARCA DE REFERÊNCIA: VONDER.					
07	MINI DISJUNTOR BIPOLAR 32ª	15	UNIDADE	52,290	784,35
ESPECIFICAÇÃO: LINHA DIN; MODELO: 32ª NÚMERO DE PÓLOS: 2; CORRENTE NOMINAL IN 32 A;TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO MÁXIMA UE 400V; CURVA DE DISPARO: C; TIPO DE PRODUTO:AUTOMÁTICO; TECNOLOGIA DA UNIDADE DE DISPARO: TERMOMAGNÉTICO; MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN					
08	PLUG FÊMEA 2P +T 20ª	20	UNIDADE	17,000	340,00
ESPECIFICAÇÃO: PLUG. TIPO: FÊMEA, PARA EXTENÇÃO 3 PINOS. FORMATO: PINOS CILÍNDRICO. CORRENTE NOMINAL: 20 A. TENSÃO NOMINAL: 250 V. NÚMERO PÓLOS: 2 P + T. NORMAS TÉCNICAS: NBR 14136. COR:PRETO; UNIDADE DE MEDIDA: POR UNIDADE. MARCA DE REFERÊNCIA:FAME.					
09	MINI DISJUNTOR BIPOLAR 25ª	15	UNIDADE	51,390	770,85
ESPECIFICAÇÃO: LINHA DIN; MODELO: 25ª; NÚMERO DE PÓLOS: 2; CORRENTE NOMINAL IN 25 A; TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO MÁXIMA UE 400V; CURVA DE DISPARO: C; TIPO DE PRODUTO:AUTOMÁTICO; TECNOLOGIA DA UNIDADE DE DISPARO: TERMOMAGNÉTICO; MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN.					
10	MINI DISJUNTOR BIPOLAR 40ª	15	UNIDADE	53,063	795,95
ESPECIFICAÇÃO: LINHA DIN; MODELO: 40ª; NÚMERO DE PÓLOS: 2; CORRENTE NOMINAL IN 40 A; TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO MÁXIMA UE 400V CURVA DE DISPARO: C; TIPO DE PRODUTO:AUTOMÁTICO TECNOLOGIA DA UNIDADE DE DISPARO: TERMOMAGNÉTICO MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN.					
11	MINI DISJUNTOR BIPOLAR 50ª	15	UNIDADE	54,027	810,41
ESPECIFICAÇÃO: LINHA DIN; MODELO: 50ª; NÚMERO DE PÓLOS: 2; CORRENTE NOMINAL IN 50 A; TENSÃO NOMINAL DE ISOLAMENTO MÁXIMA UE 400V CURVA DE DISPARO: C; TIPO DE PRODUTO:AUTOMÁTICO; TECNOLOGIA DA UNIDADE DE DISPARO: TERMOMAGNÉTICO; MARCA DE REFERÊNCIA: ELGIN.					
12	SOQUETE PARA LÂMPADA E27 2A COM RABICHO	50	UNIDADE	6,203	310,15
ESPECIFICAÇÃO: AS DIMENSÕES DO SOQUETE BOCAL SÃO: DIÂMETRO DE 3,5 CM, COMPRIMENTO DO SOQUETE DE 5,0 CM E COMPRIMENTO DO RABICHO DE 7,0 CM, NA COR PRETA.					

13	SOQUETE LÂMPADA E27 2A C/ RABICHO.	50	UNIDADE	6,143	307,15
ESPECIFICAÇÃO: AS DIMENSÕES DO SOQUETE BOCAL SÃO: DIÂMETRO DE 3,5 CM, COMPRIMENTO DO SOQUETE DE 5,0 CM E COMPRIMENTO DO RABICHO DE 7,0 CM, NA COR BRANCA.					
14	REFLETOR DE LED 500W	20	UNIDADE	464,830	9296,60
ESPECIFICAÇÃO: REFLETOR LED 500W BRANCO FRIO IP66; COR DA CARÇA:PRETO; COR DA LUZ: BRANCO-FRIO; 110V/220V; TIPO DE LÂMPADA: LED; INSTALAÇÃO DO REFLETOR MONTÁVEL, INCLUI LÂMPADA: SIM; À PROVA D'ÁGUA; CLASSIFICAÇÃO IP:IP66; MATERIAL DO REFLETOR: VIDRO TEMPERADO; FORMA DO REFLETOR: RETANGULAR; LUMINOSIDADE: 40.000 LM; TEMPERATURA DE COR 6.500 K ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE 25 CM X 33 CM X 3.5 CM MARCA DE REFERÊNCIA: MUNDILUX OU SUPERIOR.					
15	FIO CABO PP 3X4MM/COR DA COBERTURA PRETO	03	ROLO	1148,500	3445,50
ESPECIFICAÇÃO: SEÇÃO NOMINAL (BITOLA): 3 X 1 MM; TENSÃO ELÉTRICA MÁXIMA: 750V, TECNOLOGIA: HEPR ANTICHAMA, NÚMERO DE VIAS: 3; UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
16	CABO FLEXÍVEL 6MM- ROLO	02	ROLO	692,135	1384,27
ESPECIFICAÇÃO: CABO FLEXÍVEL 6MM ROLO/COR DA COBERTURA PRETO; ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DA COBERTURA PVC, MATERIAIS DO CONDUTOR COBRE; NÃO INFLAMÁVEL, NORMAS APLICÁVEIS INMETRO, TENSÃO NOMINAL, 750V MATERIAIS DA ISOLAÇÃO PLÁSTICO PVC. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
17	CABO FLEXÍVEL 4MM- ROLO	03	ROLO	446,350	1339,05
ESPECIFICAÇÃO: CABO FLEXÍVEL 4MM ROLO/COR DA COBERTURA AZUL; ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL DA COBERTURA PVC, MATERIAIS DO CONDUTOR COBRE; NÃO INFLAMÁVEL; NORMAS APLICÁVEIS INMETRO; TENSÃO NOMINAL, 750V MATERIAIS DA ISOLAÇÃO PLÁSTICO PVC. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
18	CABO FLEXÍVEL 2,5MM – ROLO	02	ROLO	265,145	530,29
ESPECIFICAÇÃO: CABO FLEXÍVEL 2,5MM/COR PRETA; DESCRIÇÃO: MATERIAL DA COBERTURA PVC, MATERIAIS DO CONDUTOR COBRE; NÃO INFLAMÁVEL, NORMAS APLICÁVEIS INMETRO; TENSÃO NOMINAL, 750V MATERIAIS DA ISOLAÇÃO PLÁSTICO PVC. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
19	CABO FLEXÍVEL 2,5MM – AZUL	02	ROLO	330,830	661,66
ESPECIFICAÇÃO: CABO FLEXÍVEL 2,5MM/COR AZUL; DESCRIÇÃO: MATERIAL DA COBERTURA PVC, MATERIAIS DO CONDUTOR COBRE; NÃO INFLAMÁVEL; NORMAS APLICÁVEIS INMETRO; TENSÃO NOMINAL: 750V MATERIAIS DA ISOLAÇÃO PLÁSTICO PVC. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
20	FIO CABO PP 3X6MM	01	ROLO	1530,430	1530,43
ESPECIFICAÇÃO: CABO FIO PP 3X6MM/COR DA COBERTURA PRETO; ESPECIFICAÇÃO: SEÇÃO NOMINAL (BITOLA): 3 X 1 MM; TENSÃO ELÉTRICA MÁXIMA: 750V, TECNOLOGIA: HEPR ANTICHAMA, NÚMERO DE VIAS: 3; UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
21	LAMPADAS LEDS	100	UNIDADE	53,480	5348,00
ESPECIFICAÇÃO: LÂMPADAS LED 50W BULBO E27; 6500K BRANCO FRIO; 100V/220V; ESPECIFICAÇÃO: FLUXO LUMINOSO 4.000 LM; TIPOS DE SOQUETE E27; FORMA BULBO; VIDA ÚTIL 25.000 H; ÂNGULO DE ABERTURA 200°; TECNOLOGIA DE ILUMINAÇÃO LED, POTÊNCIA 50 W. MARCA DE REFERÊNCIA:AVANT OU SUPERIOR.					
22	FIO CABO CORDÃO PARALELO 2X2,5MM	02	ROLO	567,883	1135,77
ESPECIFICAÇÃO: FIO CORDÃO PARALELO 2X2 5MM CABO FLEXÍVEL; ESPECIFICAÇÃO: COR: BRANCO; BITOLA: 2 X 2,5MM²; MODELO: PARALELO; COMPRIMENTO: 40 METROS; ANTICHAMAS: SIM; MATERIAIS: COBRE; PVC ANTICHAMAS; ALUMÍNIO; VALIDADE: INDETERMINADA TENSÃO: ATÉ 450V, TEMPERATURA: ATÉ 105°. UNIDADE DE FORNECIMENTO: ROLO DE 100 METROS.					
23	ABRAÇADEIRA EM NYLON PRETA 28CM	30	PACOTE	21,125	633,75
ESPECIFICAÇÃO: TAMANHO: 28CM, ESPESSURA: 2,5MM COR: PRETO. UNIDADE DE FORNECIMENTO:PACOTE COM 100 UNIDADES.					
24	REFLETOR LED SMD 200W	20	UNIDADE	212,635	4252,70
ESPECIFICAÇÃO: POTÊNCIA: 200W SMD; VOLTAGEM: 127/220V BIVOLT; TEMPERATURA DE COR: 6000K; CARÇA:PRETO; VIDA ÚTIL: 50.000 HORAS; ÂNGULO DE ABERTURA: 120°; PROTEÇÃO:IP67 (RESISTENTE À ÁGUA); DIMENSÕES: 340 X 280 X 50 MM, PESO:1,450 KG. MARCA DE REFERÊNCIA: MUNDILUX OU SUPERIOR.					
VALOR TOTAL R\$					38.161,35

5.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 003, de 2024.

5.3. Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, uma vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto.

5.4. O valor total estimado da contratação é de R\$ 38.161,35 (trinta e oito mil cento e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos).

5.5. A Nota de Empenho de despesa terá força de contrato, na forma do art. 95, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. O Município de Tucumã comemora o 37º Aniversário da Emancipação Política, festa popular que movimentada todo o município. O aniversário da cidade é uma festa popular que neste ano acontecerá entre os dias 08 a 10 de maio de 2025, nesse sentido tendo em vista a realização da festa de aniversário da cidade, se faz necessária a aquisição de diversos materiais elétricos que serão utilizados na montagem da estrutura da festa da cidade no ano de 2025.

Do Estudo Técnico Preliminar

6.2. Documento dispensado conforme Decreto Municipal nº 003/2024, em seu artigo 41, inciso II, que dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar -ETP, no qual é facultado a sua elaboração nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021. Desta forma, em razão do valor, da baixa complexidade do objeto e a forma de fornecimento apresentada, foi dispensada a instrução a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares.

É o que se tem a relatar.

Em seguida, exara-se o opinativo e a análise jurídica.

MÉRITO

Preambularmente, é importante destacar que a presente dispensa de licitação será nos termos da Lei nº 14.133/21. A submissão das dispensas de licitações, na Lei 14.133/2021, possui amparo, respectivamente, em seu artigo 53, §1º, inciso I e II c/c o artigo 72, inciso III, que assim dispõem:

“Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§1º - Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II- redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica. ”

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

III- parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos”.

Nesse sentido, a presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, em especial no que tange a possibilidade legal de contratação direta dos serviços, tendo por fundamento o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Preliminarmente, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “*in abstracto*”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Assim, se faz necessário o exame prévio, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

Por esse motivo, a Constituição Federal em seu artigo 37 estabelece que, a Administração Pública observará os Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Já no que tange a inafastabilidade do procedimento licitatório, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo

de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

No que tange as justificativas apresentadas, conforme já colhido ao norte, apresentou razões robustas e que no entendimento desta assessoria, se prestam a preencher de maneira adequada a exigência motivacional para formação do processo.

Ato contínuo, devidamente instruído, o processo fora remetido a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer acerca da legalidade do procedimento, objetivando a contratação direta de empresa para a execução do serviço ora solicitado.

Desta feita, como previsto na norma superior, a realização do certame é a regra, contudo, a própria lei de licitações prevê situações em que é mais vantajoso para a Administração, a formalização da contratação direta, ou seja, sem que haja a necessidade do procedimento licitatório.

Com efeito, conforme previsto na norma licitatória, os critérios ali dispostos, se aplicam no caso em tela uma vez que, consoante disposto no Artigo 75, inciso II, da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), é autorizado e está em harmonia com a lei a contratação direta no caso de outros serviços e compras.

Todavia, faz-se necessário transcrever o artigo alhures, que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), no caso de outros serviços e compras;

Outrossim, ainda quanto à este dispositivo, importante mencionar o Decreto 12.343, de 30 de dezembro de 2024, que atualizou valores da lei 14.133/21. Senão vejamos:

DISPOSITIVO	VALOR ATUALIZADO
Art. 6º, <i>caput</i> , inciso XXII	R\$ 250.902.323,87 (duzentos e cinquenta milhões novecentos e dois mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos)
Art. 37, § 2º	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 70, <i>caput</i> , inciso III	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso I	R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)
Art. 75, <i>caput</i> , inciso II	R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos)

Art. 75, <i>caput</i> , inciso IV, alínea "c"	R\$ 376.353,48 (trezentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e oito centavos)
Art. 75, § 7º	R\$ 10.036,10 (dez mil trinta e seis reais e dez centavos)
Art. 95, § 2º	R\$ 12.545,11 (doze mil quinhentos e quarenta e cinco reais e onze centavos)
Art. 184-A	R\$ 1.576.882,20 (um milhão quinhentos e setenta e seis mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte centavos)

Assim, é preponderante caminhar, doravante, na linha da possibilidade de contratação direta dos serviços, desde que, o valor dispendido no exercício financeiro em curso, para custear a despesa, não seja superior a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). Sendo que o presente processo, possui o valor total estimado da contratação é de R\$ 38.161,35 (trinta e oito mil cento e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos), o que se enquadra no limite legal.

Nessa vereda, e seguindo a recomendação contida na nova lei de licitações, no sentido de que os pareceres jurídicos devam ser redigidos em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica, entendo ser perfeitamente possível a contratação direta dos serviços, através de dispensa de licitação, com fundamento na Nova Lei de Licitações, desde que observados os requisitos fixados no artigo 72, da Lei nº 14.133/21 a saber:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Inclusive cumpre recomendar também que, o ato que autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, bem como ser divulgado no Diário Oficial dos Municípios por força do disposto no artigo 176, inciso I, da nova Lei de Licitações.

Por conseguinte, pode-se afirmar que, dentro das regras dos valores estabelecidos pela legislação vigente, não há qualquer óbice quanto à pretensão.

Destaca-se, ainda, que nos autos constam os documentos de formalização de demanda e termo de referência, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto requisitado.

Consta, ainda, estimativa da despesa, mediante pesquisa direta, através de solicitação formal de cotação e justificativa pela não utilização de pesquisa de preço em bancos de dados públicos.

Nota-se, ainda, que o valor a ser contratado está dentro do limite previsto na Nova Lei, e a realização de procedimento licitatório específico oneraria ainda mais os cofres públicos, haja vista que demandaria a utilização de pessoas, tempo e material para sua conclusão.

Compulsando os autos do processo, verifico que a contratação para o objeto deste Termo de Referência será processada através de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com a adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** em conformidade com os preceitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 003/2024.

Da análise do dispositivo acima, pode-se chegar a uma conclusão fundamental no sentido de que, ao estabelecer a licitação como regra, o legislador buscou garantir que a licitação alcançasse suas finalidades essenciais, quais sejam, igualdade de tratamento entre os diversos interessados em contratar com a administração pública, somada à possibilidade de escolher dentre as ofertas apresentadas, aquela que for mais vantajosa ao interesse público.

Na linha de raciocínio aqui sufragada, constata-se que, para haver respaldo legal, a contratação direta deve se basear em justificativas. A justificativa de Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso II, do artigo 75, da Lei 14.133/2021.

Como já citado acima, o intuito da dispensa de licitação é dar celeridade às contratações indispensáveis para restabelecer a normalidade. Além disso, a contratação direta não significa burlar aos princípios administrativos, pois a Lei exige que o contrato somente seja celebrado, após procedimento simplificado de concorrência, suficiente para justificar a escolha do contratado, de modo a garantir uma disputa entre potenciais fornecedores.

Entretanto, conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Assim, para obter preços mais vantajosos dos serviços requisitados, faz-se necessário que a Administração dê publicidade à intenção de realizar contratação com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

DA PUBLICIDADE DOS ATOS NO PNCP

É cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à:

- I – divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei;
- II – realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei.

Percebemos que a Nova Lei se trata de norma geral, aplicável, por disposição expressa normativa, para todos os entes federados.

Desse modo, podemos concluir que, com a sanção da Lei nº 14.133/2021, o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas passa a ser o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

“Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”.

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

“Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I – 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade.

Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo”.

Diante disso, entendo que o relevante e de interesse público é que ocorra efetivamente a publicação dos instrumentos convocatórios e dos extratos dos contratos, cumprindo dessa forma o princípio constitucional da publicidade. E neste espeque, o TR constante nos autos, assim previu:

“O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.”

Assim, concluímos que o a Lei de Licitações está plenamente válida e eficaz, podendo ser utilizada no caso contrato.

Antes de finalizar, compete ressaltar que, o parecer aqui exarado não contempla as hipóteses de fracionamento da despesa, cabendo ao gestor a adoção das medidas administrativas necessárias para evitar o fracionamento da despesa através de contratações formalizadas por dispensa de licitação, pois tal conduta além de ilegal caracterizará afronta as normas e princípios que norteiam a licitação.

CONCLUSÃO

Antes de concluir, é importante esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente.

No caso desta Dispensa de Licitação, entende esta assessoria que todos os requisitos legais foram preenchidos. Dessa forma, opino favoravelmente pela possibilidade de contratação direta dos serviços.

Este é o parecer jurídico, o qual submeto à apreciação e quaisquer considerações das autoridades competentes.

É nosso parecer, SMJ.

Tucumã-PA, 10 de abril de 2025.

SÁVIO ROVENO OAB/PA 9561
Assessoria Jurídica